

LUTA E MOVIMENTO INDÍGENA: TRAJETÓRIA HISTÓRICA DE VIDA DE AILTON KRENAK (1985-1988)

Giovanna Muniz Brelaz¹
Arcângelo da Silva Ferreira²

Resumo: Esta pesquisa consiste em uma reflexão e reconstrução de parte da trajetória histórica de Ailton Krenak e do povo Krenak. Recorta-se o período que abarca o processo de redemocratização brasileira, entretanto, fazendo algumas inserções aos antecedentes deste contexto. Pretendeu-se refletir sobre o significado histórico das conquistas dos povos originários brasileiros durante a Constituinte de 1988, tendo em vista a opressão sofrida por esses povos durante o regime militar. Analisou-se os impactos da Constituinte de 1988, sobre as figuras que protagonizaram as lutas dos povos indígenas durante a elaboração da referida Carta Magna, em especial Ailton Krenak líder ambientalista indígena nascido no médio doce em minas gerais. O propósito deste trabalho de conclusão de curso é trazer para a discussão a traumática experiência da violência contra os povos originários para que não seja esquecida e que haja registro do excepcional trabalho de inúmeros líderes indígenas e não indígenas na referida conjuntura política, em específico, sobre o que a Constituição Federal assegura como direito aos indígenas do Brasil. A pesquisa demonstra que a natureza da opressão sofrida no período pré-1988 é mais sinistra e mais violenta do que se pode supor, não se tratando apenas da violência territorial, mas na construção de um projeto de extinção étnica, ao mesmo tempo, também é perceptível que figuras como Krenak foram essenciais para interromper o ciclo de exclusão e marginalização sofrido pelos povos indígenas.

Palavras-Chave: Ailton Krenak; trajetória histórica; redemocratização do Brasil.

Considerações Iniciais:

Este artigo elege como objeto de interesse *A trajetória histórica de Ailton Krenak no contexto da redemocratização do Brasil 1985-1988*. Este tema foi escolhido tendo em vista a necessidade de pesquisar sobre os povos originários, alvos de perseguições durante o período da Ditadura Civil-Militar no Brasil e ainda nos dias atuais. Um dos motivadores desta investigação é o fato de serem pouquíssimos os conteúdos existentes que façam relatos sobre esse processo, que ainda é um tanto recente. Logo a trajetória e vida do líder indígena Ailton Krenak, torna-se fundamental para a caracterização do momento democrático e de inclusão da política e sociedade brasileira, trazendo à tona historicidades antes marginalizadas.

O objetivo, essencialmente, é utilizar a trajetória de vida para discutir, sensibilizar e refletir sobre a atuação dos movimentos indígenas atuantes durante o processo de resistência e luta contra a ditadura e, por extensão, aqueles que inseriram no contexto da redemocratização do Brasil. Processo histórico, pelo qual vimos a organização de diversas etnias em luta pela garantia de seus direitos. Nessa perspectiva, elucidamos a trajetória histórica de Ailton Krenak,

¹ Acadêmica do 8º período do curso de Licenciatura em História do CESP/UEA.

² Dr. em História Social na Amazônia (PPHIST/UFPA). Professor do colegiado de História no CESP/UEA.

pois destacou-se nesse momento em que diversos sujeitos indígenas aparecem no cenário político brasileiro.

Nossas fontes essenciais são as impressas, orais e bibliográficas. Através destas buscamos compreender sobre os condicionantes históricos que fizeram com que Krenak, gradativamente, tornasse-se uma das expressivas lideranças indígenas e, conseqüentemente, um intelectual (escritor) reconhecido no Brasil e no mundo.

O processo de redemocratização do Brasil foi um marco histórico. No ano de 1980, os diversos povos indígenas se uniram para resistir e lutar pelo direito a terra em que viviam, pela segurança de poderem viver os seus modos de vida sem serem tratados como indivíduos sem cultura e sendo constantemente desrespeitados sem amparo algum, o que os levou a luta dos povos originários.

Ailton Alves Lacerda Krenak, pertencente a etnia Krenak, ambientalista e líder indígena atuou como militante em Brasília junto com outros líderes da Aliança dos Povos da Floresta, aliança esta criada entre indígenas e seringueiros para lutar, formar uma resistência para garantir o direito de permanecer e viver na terra em que habitam sem precisarem abandonar e fugir.

Durante o período de Ditadura Militar no Brasil, os militares tornaram mais fácil a diversas empresas se alocarem em terras já habitadas, ou seja, abrindo portas para empresas que colaboravam com Estado, tudo isso sendo possibilitado através do projeto de “integração nacional”:

projeto de “integração nacional” dos governos Médici e Geisel, em ambos os casos as terras do Brasil foram distribuídas entre empresários interessados em tocar empresas agropecuárias ou projetos extrativistas como se ali não existissem moradores – o que vale tanto para os camponeses quanto para os povos indígenas. (comissão nacional da verdade - relatório - volume II - textos temáticos. P. 90, 2014)

Para extrair recursos, diversas empresas começaram a explorar as terras, o que não foi tido como um problema, já que até então não se existiam leis de proteção indigenistas. Com apoio e parceria do governo ditatorial, empresas nacionais e internacionais desapropriaram muitos povos, obrigando-os a sair de seus locais de origem, extinguindo o direito a sua terra, o seu local de morar. Assim, passaram a viver na condição de fugitivos, à exemplo, o povo Krenak no estado de Minas Gerais. A etnia perdeu suas terras tentando sobreviver sem proteção ou apoios governamentais. Sem segurança. Na incerteza da permanência de história, sociedade e cultura. Assim, relata Krenak, acerca do referido contexto: “Me descobri índio era mole, era

fugir, fugir, fugir. Até os 17 anos de idade eu acompanhei meu pai fugindo. Dos 17 anos de idade pra frente eu finquei o pé e falei ‘peraí, cadê os outros índios?’”.³

Krenak teve repercussão com o seu discurso que ficou marcado na história da Assembleia Nacional Constituinte em Brasília. Neste discurso afirmou que os povos indígenas não representavam perigo a nenhum ser humano, animal ou mesmo a própria terra em que habitam e não são nem de longe inimigos do país e da nação.

Em entrevista para o historiador Yussef Campos, Krenak expressa em palavras o que foi participar desse processo de forma ativa e figura essencial:

Particpei como membro de um segmento da nossa sociedade que estava demandando ao Congresso questões de direitos que ainda não estavam definidos. E demandando como parte da sociedade mobilizada em torno desses novos direitos; para a gente aquilo [o conceito de Patrimônio Cultural] eram novos direitos de certa maneira, mas tinham implicação direta na fruição da nossa cultura, das nossas práticas, coisas ligadas à saúde, à educação, à memória, ao próprio acervo material da cultura. (KRENAK, CAMPOS, p. 13, 2021)⁴.

A Constituinte de 1988 foi uma grande vitória para os povos que viviam na terra de forma a conviver com respeito a natureza, como os povos indígenas. Embora pouco, mas significativo, os povos indígenas ganharam espaço na constituinte de 1988, com um capítulo que lhes assegura o direito a terra ao qual habitavam, línguas e costumes garantidos, reconhecidos como povos originários da terra, do país, que eram assegurados pela união.

AILTON KRENAK

Ailton Alves Lacerda Krenak, nascido em 1954 em Itabirinha, no Médio Rio Doce em Minas Gerais, é um destacado membro da etnia Krenak. Sua jornada começou jovem, mudando-se para o Paraná, onde se alfabetizou e iniciou sua carreira como produtor gráfico e jornalista. Na década de 80 (século XX), tornou-se figura proeminente na luta e resistência indígena, marcando a história ao pintar seu rosto com tinta de jenipapo enquanto discursava no plenário do congresso nacional em 1987.

Em 1985, fundou o Núcleo de Cultura Indígena, uma iniciativa destinada a impulsionar e preservar a rica cultura indígena. Sua atuação ativa durante a Assembleia Nacional Constituinte reforçou seu compromisso na defesa dos direitos de seu povo. Essa trajetória culminou em seu papel como líder indígena, simbolizado pelo marcante gesto no Congresso da República do Brasil.

³ Extraído da entrevista dada ao documentário *Vozes da Floresta* para o Canal Le Monde Diplomatique em 2020. BRASIL, Le Monde Diplomatique. *Vozes da Floresta / Ailton Krenak*. YouTube, 2020. Disponível em: <https://youtu.be/KRTJlh1os4w>.

⁴ Fonte extraída do livro *Lugares de Origem* com autoria de Ailton Krenak e Yussef Campos.

Ailton Krenak não apenas contribuiu para a conscientização sobre os direitos indígenas, mas também deixou um legado duradouro na promoção e preservação da cultura de sua comunidade. Sua visão e ação transcendem fronteiras, moldando não apenas o cenário nacional, mas também sendo reconhecido internacionalmente.

A fundação do Festival de Dança e Cultura Indígena na Serra do Cipó, Minas Gerais, em 1998, destaca-se como um exemplo de seu compromisso em promover a integração entre as diferentes etnias indígenas brasileiras. Sua obra literária, incluindo "O Eterno Retorno do Encontro"⁵, e sua participação no documentário "Índios no Brasil"⁶ acrescentam camadas à sua influência multifacetada.

Ao receber o título de Professor Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) em 2016, Ailton Krenak solidificou seu impacto não apenas como ativista, mas também como educador. Sua presença na série documental "Guerras do Brasil.doc"⁷ na Netflix e a conquista do Prêmio Juca Pato de Intelectual do Ano em 2020⁸, são reflexos de seu papel na narrativa histórica e intelectual do Brasil. Em 2021, a Universidade de Brasília (UNB) concedeu-lhe mais uma honra ao atribuir o título de Professor Doutor Honoris Causa, destacando sua relevância contínua na defesa dos direitos dos povos indígenas e causas ambientais.

Atualmente, Ailton Krenak reside na Reserva Indígena Krenak, em Resplendor, Minas Gerais, personificando a continuidade de sua dedicação às raízes culturais e à luta por justiça e preservação ambiental. Na vastidão da luta pela preservação cultural e direitos indígenas, Ailton Krenak se ergue como uma voz incansável e um líder visionário.

A contribuição única de Krenak vai além do ativismo, permeando a educação, literatura e até mesmo o cenário cinematográfico. Sua influência é testemunhada não apenas nos títulos honoríficos recebidos, mas na reverberação contínua de sua mensagem. O Festival de Dança e Cultura Indígena, suas obras literárias e seu papel como educador são testemunhos de uma vida dedicada a construir pontes entre culturas e consolidar os direitos indígenas no coração do Brasil e além. Ailton Krenak, um farol de resiliência e inspiração, continua a iluminar o caminho para um futuro em que a diversidade cultural e a justiça ambiental são entrelaçadas.

⁵ Livro de Ailton Krenak que trata e analisa a chegada dos brancos que já era prevista em profecias indígenas.

⁶ Documentário quem trata e conta sobre as marcações de terras indígenas, invasões a organização dos povos indígenas na região do Brasil.

⁷ Serie documental que conta as diversas guerras que ocorreram no decorrer da formação do Brasil.

⁸ Juca Pato é um prêmio literário concedido pela União brasileira de escritores (UBE) todos os anos em São Paulo.

A conquista de Ailton Krenak como o mais recente membro da Academia Brasileira de Letras (ABL) marca um capítulo singular em sua notável trajetória como escritor, filósofo e ativista indígena. Ele emergiu vitorioso na disputa pela cadeira número 5, outrora ocupada por José Murilo de Carvalho, com uma expressiva votação de 23 votos, superando a historiadora Mary Del Priore (12 votos) e o indígena Daniel Munduruku (4 votos).

Sua visão vai além da ocupação da cadeira acadêmica, estendendo-se à criação de uma plataforma abrangente. Inspirado pela Biblioteca Ailton Krenak, ele propõe uma plataforma que ofereça acesso não apenas a suas contribuições, mas também a centenas de imagens, textos, filmes e documentos relacionados às línguas nativas. Sua visão abraça a inclusão de aproximadamente 170 línguas além do português, colaborando com diversas etnias no resgate linguístico.

A chegada de Ailton Krenak à Academia Brasileira de Letras é mais do que uma vitória individual; é um marco regulatório e uma representação essencial em um momento crucial. Sua presença promete enriquecer o cenário literário e cultural do Brasil, consolidando seu papel como defensor das línguas indígenas e da rica herança cultural do país.

POVO KRENAK

Os povos Krenak, também conhecidos como Botocudos, têm uma história rica e complexa que abrange séculos de cultura, luta e resiliência. Habitavam uma vasta região que engloba partes de Minas Gerais, Mato Grosso e São Paulo. Sua cultura é profundamente enraizada na conexão com a natureza e na compreensão de que todos os seres, humanos e animais, compartilham um equilíbrio delicado na Terra.

A cultura Krenak era fortemente baseada na subsistência. Eles eram hábeis caçadores, pescadores e coletores, dependendo dos recursos naturais da região para sua sobrevivência. A pesca, em particular, desempenhava um papel crucial em sua dieta, já que viviam nas proximidades do rio Doce, onde encontravam uma abundância de peixes e outros recursos aquáticos. Além da caça e pesca, os Krenak também praticavam a agricultura de subsistência, cultivando alimentos como mandioca, milho e feijão. Sua relação com a terra era de profundo respeito, e eles acreditavam serem os guardiões de suas terras ancestrais. No entanto, a história dos Krenak é marcada por uma série de desafios e adversidades.

A colonização europeia no Brasil trouxe consigo a exploração e a perda de terras indígenas. Os Krenak enfrentaram a pressão de colonos e fazendeiros que desejavam expandir suas propriedades e explorar os recursos naturais da região. No século XIX, os conflitos com os colonizadores se intensificaram. Os Krenak foram forçados a lutar contra invasões em suas

terras e sofreram perdas significativas em suas comunidades. A introdução de doenças trazidas pelos colonizadores também teve um impacto devastador em sua população. Em meados do século XX, a situação dos Krenak piorou consideravelmente.

Eles foram deslocados de suas terras ancestrais e enfrentaram a opressão do Estado brasileiro. Segundo dados levantados pelo CIMI (conselho indígena missionário), sob a administração do Capitão Manoel Pinheiro da Polícia Militar de Minas Gerais, foi estabelecido o Reformatório Krenak, um local onde os indígenas que se opunham às políticas de suas aldeias eram enviados. Este local era caracterizado por condições de vida precárias, repressões, isolamento e punições físicas para os insubordinados. O relatório da comissão nacional da verdade expõe e categoriza o reformatório Krenak como “local de tortura, morte e desaparecimento forçado de indígenas” como se pode analisar no trecho extraído diretamente deste documento:

Oscar Geronymo Bandeira de Mello (1910-) General de divisão. Presidente da Funai de junho de 1970 a março de 1974. Responsável pela criação do Reformatório Krenak, no estado de Minas Gerais, utilizado como instalação prisional pela Funai e local de tortura, morte e desaparecimento forçado de indígenas. (comissão nacional da verdade – relatório – volume I. p.871, 2014)

A luta pela terra também era uma questão central para os Krenak. Mesmo após ganharem ações judiciais para recuperar parte de suas terras em 1971, enfrentaram resistência dos locatários e políticos locais. As lutas de terra resultaram em um acordo em que os Krenak e os prisioneiros indígenas foram transferidos para a Fazenda Guarani, que também estava ocupada por rendeiros e posseiros. A imagem a seguir retrata famílias Krenak na fazenda Guarani por meados dos anos de 1970.



Famílias do povo Krenak na Fazenda Guarani, década de 1970. Foto: Ligia -Simonian/Conselho Indigenista Missionário (Cimi)⁹

⁹ Foto disponível em: <https://cimi.org.br/2021/10/povo-krenak-impactos-violacoes-ditadura-militar-justica/>.

Essa luta persistiu até 1997, quando, finalmente, após um longo processo judicial, os Krenak recuperaram seus 4.000 hectares de terras ancestrais. Este período foi marcado por desafios e dificuldades, incluindo a oposição de moradores locais que viam a devolução das terras aos indígenas como uma ameaça aos seus interesses.

A cultura dos Krenak é profundamente marcada pela tradição Botocudo, que se destaca pelo uso de botoques nos lábios e orelhas, entre outros aspectos culturais. No entanto, a cultura Krenak é diversa e complexa, refletindo sua conexão profunda com a natureza, rituais tradicionais e práticas espirituais. No centro da cultura Krenak está a igualdade entre todos os seres da natureza.



Índios Botocudos – Espírito Santo. Foto: Acervo Plínio Ayrosa/USP¹⁰

Eles sustentam a diversidade e a intrínseca conexão do ser humano com todos os elementos da Terra, o que eles denominam como o "organismo Terra." A natureza desempenha um papel central em suas práticas culturais e espirituais, incluindo rituais, crenças e a importância da preservação ambiental. A liderança dos Krenak inclui figuras notáveis como Ailton Krenak, um dos mais destacados líderes indígenas do Brasil. Ailton desempenhou um papel fundamental na luta pelos direitos indígenas e na inclusão desses direitos na Constituição de 1988. Sua atuação como ativista e escritor trouxe visibilidade para as questões indígenas no Brasil e no mundo.

¹⁰ Foto índios botocudos Disponível em:

https://img.socioambiental.org/v/publico/Krenak/krenak_4.jpg.html

No entanto, os Krenak ainda enfrentam desafios significativos, especialmente no que diz respeito à proteção de suas terras e à preservação de seu modo de vida tradicional. O aumento das violações das terras indígenas, a exploração de recursos naturais e a ameaça ambiental são questões proeminentes. Ailton Krenak, com outros líderes indígenas, continuam lutando pela sustentabilidade da natureza e pela preservação das terras fundamentais para a sobrevivência das comunidades indígenas. Sua atuação visa sensibilizar a sociedade sobre a importância da preservação das terras indígenas para o equilíbrio ambiental e a diversidade cultural.

A globalização revisitou a importância das identidades indígenas, destacando que os indígenas não são mais vistos como uma minoria escondida na floresta, mas como uma parte essencial da diversidade cultural e ambiental do Brasil. Os Krenak buscam visibilidade e o respeito de sua identidade, contribuindo para um mundo mais inclusivo e sustentável.

A história dos Krenak é uma narrativa de luta, resiliência e esperança. É uma lembrança de que a preservação de suas terras e culturas é fundamental não apenas para eles, mas para todo o planeta. A luta continua, e a esperança é que um dia possamos reconhecer plenamente a importância dos Krenak e de todos os povos indígenas na construção de um futuro melhor para o nosso planeta.

CENÁRIO BRASILEIRO

Na conjuntura da Ditadura Civil-Militar no Brasil, os povos indígenas, entre os quais se destacam os Krenak, tornam-se testemunhas sofridas de uma narrativa marcada por injustiças e sofrimentos inimagináveis. Longe dos holofotes do centro do país, suas terras ancestrais se transformaram em palco de uma tragédia e exploração silenciosa, um eco sutil, mas potente, dos horrores que assolaram a nação.

Empresários do Sul e Sudeste (bancos, indústrias, comércio), para terem acesso a estes incentivos, adquiriram, sobretudo no norte de Mato Grosso e sul do Pará, imensas áreas de terras, algumas de centenas de milhares de hectares, para criação de gado, sem se preocupar se lá existia alguém. Isso gerou conflitos com os povos indígenas, cujos territórios foram invadidos (...). (comissão nacional da verdade - relatório - volume II - textos temáticos. P. 124, 2014).

A abertura da Transamazônica, uma grandiosa empreitada militar, não apenas interligou regiões, mas também deixou um rastro de destruição ambiental, doenças e desestruturação das sociedades indígenas, incluindo os Krenak. Em meio à selva, as vidas desses povos foram profundamente entrelaçadas com a devastação promovida pelos chamados "homens do progresso".

A GRIN (Guarda Rural Indígena), inicialmente apresentada como protetora, tornou-se uma ferramenta ambígua, onde os próprios indígenas eram utilizados para impor uma ordem

que, frequentemente, resultava em repressão e até tortura, como documentado no filme "Amazônia adentro"¹¹.

Os Krenak, protagonistas involuntários dessa narrativa trágica, viram suas terras serem invadidas por fazendeiros e pelo estado, segundo o relatório nacional da verdade:

O Estado brasileiro criou, no final dos anos 1960, uma cadeia oficial em território Krenak, exclusiva para a detenção de indígenas, sobre a qual colhemos denúncias de casos de morte por tortura no tronco, trabalho forçado e desaparecimento de prisioneiros. (comissão nacional da verdade - relatório - volume II - textos temáticos. P. 233 a 234, 2014).

Muitos povos indígenas removidos à força – e isso durante todo o período coberto por este estudo – empreenderam uma longa volta a pé a seus territórios tradicionais. Os Krenak, por exemplo, foram transferidos – com o aval do SPI – de seu território, no município de Resplendor (MG) para a região de Águas Formosas em 1957. A decisão, que respondia à última etapa da ação do órgão para liberar as terras para colonização, foi tomada de forma atropelada e sem nenhum início do planejamento da direção acerca da transferência dos Krenak. Frente às péssimas condições de vida no posto de Águas Formosas, os indígenas retornam à pé, de carro e de trem em uma viagem de três meses e cinco dias. (comissão nacional da verdade - relatório - volume II - textos temáticos. P. 204, 2014).

No centro dessa trama sombria, surgem figuras como o índio Tiuré¹², este último uma figura instruída, cuja jornada desde Brasília até as terras indígenas invadidas se tornou um testemunho de resistência. Suas histórias entrelaçam-se com ameaças, torturas e a busca incansável pela preservação das culturas nativas.

Tiuré, que nos anos 1970, fora funcionário da FUNAI, se demite para viver na tribo indígena dos Parkatêjê, no interior do Pará. Na época, essa comunidade vivia em regime de escravidão, trabalhando na coleta de castanha-do-pará para os militares que administravam o posto local da FUNAI. (...) Este relata que no período em que trabalhou na FUNAI, esteve em posse de documentos que afirmam se tratar de um plano de ocupação da Amazônia, já que na região dos índios Parkatêjê era a mais cobiçada do sul do Pará, onde se localizam a Serra pelada (maior jazida de ouro a céu aberto do mundo), bem como a Vale do Rio Doce que contém a maior reserva mundial de minério de ferro de alto teor, além de grandes reservas de manganês, cobre e minérios raros. (CUNHA, FASSBINDER. p. 11, 2013).

Em 1968, o relatório conhecido como Relatório Figueiredo teve por objetivo averiguar as violações contra os índios no Brasil. Grande parte desta documentação está "desaparecida," assim como muitos cidadãos. Entretanto, segundo Cunha e Fassbinder, a Comissão da Verdade:

levantou matérias no exterior e na imprensa nacional, que denunciavam genocídio indígena no Brasil entre várias outras situações graves de violações de direitos humanos. A resposta do governo Médici às denúncias do genocídio indígena foi simples e rápida, "não há genocídio no Brasil. (CUNHA, FASSBINDER. p. 6, 2013).

O exílio de Tiuré no Canadá, com apoio da Anistia Internacional, destaca-se como um epílogo marcante dessa história, evidenciando a busca por justiça em meio à desolação. Os

¹¹ Filme que conta com guia virtual na Amazônia adentro, vem mostrar a relação dos índios com a floresta, seus problemas e suas preocupações com a preservação do bioma.

¹² José Humberto do Nascimento, mais conhecido como índio Tiuré trabalhou na Funai em 1970, passou 27 anos no Canadá como refugiado político, o primeiro indígena brasileiro refugiado reconhecido pela ONU.

Krenak, assim como outros povos indígenas, carregam nas cicatrizes de seu passado a luta persistente por reconhecimento e reparação.

UNIÃO PELA CAUSA DOS DIREITOS INDÍGENAS

Os povos indígenas do Brasil, ao longo da história, enfrentaram uma série de desafios e adversidades, desde a colonização europeia até os dias atuais. Suas terras foram invadidas, suas culturas foram desrespeitadas e suas vidas foram frequentemente ameaçadas. No entanto, em meio a todas as dificuldades, eles sempre se demonstraram determinados em defender seus direitos e preservar suas tradições.

Durante o processo de elaboração da Constituição Federal de 1988, os povos indígenas brasileiros enfrentaram um dos momentos mais cruciais de sua história recente. Com o país passando por um período de transição política e social, havia uma oportunidade única de garantir o reconhecimento e a proteção de seus direitos fundamentais.

Nesse contexto, diversas organizações indígenas e líderes comunitários, a Aliança dos Povos da Floresta, cujos fundadores foram figuras notáveis do movimento indígena e seringueiro nos anos de 1980, emergem como uma resistência crucial contra o avanço do latifúndio e do desmatamento na região amazônica. Nomes como Chico Mendes, líder seringueiro e defensor do meio ambiente, e líderes indígenas proeminentes participaram ativamente da fundação dessa coalizão.

Em uma entrevista reveladora para o documentário Vozes da Floresta, Ailton Krenak, destacou a importância histórica da Aliança dos Povos da Floresta, lembrando o contexto em que ela surgiu. Segundo Krenak, os desafios enfrentados pelos povos indígenas incluíam a expansão agressiva do agronegócio e a pressão para contatar comunidades em isolamento voluntário. A Aliança se formou como uma resposta articulada a essas ameaças, buscando estratégias coletivas para resistir e preservar.

Diversas etnias indígenas se mobilizaram para participar ativamente do processo Constituinte, buscando garantir a inclusão de disposições que assegurassem seus direitos territoriais, culturais e sociais. Ailton Krenak, um dos principais ativistas indígenas da época, desempenhou um papel crucial nesse processo, defendendo os interesses e as demandas de seu povo perante a Assembleia Constituinte.

No dia 04 de setembro de 1987, Ailton Krenak discursou no congresso nacional em prol a causa indígena, seu ato e suas palavras foram extremamente cruciais para o processo:

Nesse processo de luta de interesses, que têm se manifestado extremamente aéticos e eu espero não agredir com a minha manifestação, o protocolo dessa casa, mas eu acredito que os senhores não poderão ficar omissos, os senhores não terão como ficar

alheios a mais essa agressão movida pelo poder econômico, pela ganância, pela ignorância do que significa ser um povo indígena, povo indígena tem um jeito de pensar, tem um jeito de viver, tem condições fundamentais para sua existência e para a manifestação da sua tradição, da sua vida e da sua cultura, que não colocam em risco e nunca colocaram a existência sequer dos animais que vivem ao redor das áreas indígenas, quanto mais de outros seres humanos.

Eu creio que nenhum dos senhores poderiam nunca apontar atos, atitudes da gente indígena do Brasil que colocou em risco, seja a vida, seja o patrimônio de qualquer pessoa, de qualquer grupo humano nesse país. E, hoje nós somos o alvo de uma agressão, que pretende atingir na essência, a nossa fé, a nossa confiança, de que ainda existe dignidade, de que ainda é possível construir uma sociedade que sabe respeitar os mais fracos, que sabe respeitar aqueles que não tem o dinheiro para manter uma campanha incessante de difamação, que saiba respeitar um povo que sempre viveu à revelia de todas as riquezas, um povo que habita casas cobertas de palha, que dorme em esteiras no chão, não deve ser identificado de jeito nenhum como um povo que é o inimigo dos interesses do Brasil, inimigo dos interesses da nação e que coloca em risco qualquer desenvolvimento.

O povo indígena tem regado com sangue cada hectare dos oito milhões de quilômetros quadrados do Brasil, os senhores são testemunhas disso, eu agradeço a presidência dessa casa, agradeço a os senhores e eu espero não ter agredido com as minhas palavras o sentimento dos senhores que se encontram nessa casa, obrigado! (Krenak, 1987).

Enquanto dava esse discurso, Krenak pintou seu rosto com tinta de jenipapo perante toda a Assembleia, ato determinante e crucial, de acordo com o historiador Yussef Campos “ao pintar seu rosto de jenipapo, declarando guerra e luto aos parlamentares que perverteram os acordos realizados nas audiências públicas, fizera dele uma das mais importantes lideranças indígenas do país. (KRENAK, CAMPOS, p. 08, 2021).



Ailton Krenak em seu discurso no congresso nacional em 1987. Imagem recortada de vídeo.¹³

¹³ Imagem recortada da gravação de Ailton Krenak discursando no plenário em 1987. Disponível em: <https://cimi.org.br/2022/10/a-representatividade-na-politica-brasileira-e-a-resiliencia-indigena-um-ato-de-resistencia/>

Ao longo das discussões que precederam a promulgação da Constituição, os povos indígenas enfrentaram uma série de desafios e obstáculos. Enfrentaram resistência por parte de alguns setores da sociedade e pressões políticas que visavam minar seus direitos e restringir sua autonomia. No entanto, através de uma atuação firme e articulada, conseguiram fazer valer suas demandas e garantir importantes conquistas.

Uma das principais vitórias dos povos indígenas na Constituição de 1988, foi o reconhecimento de seus direitos territoriais sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Graças a essa conquista, tornou-se possível demarcar e proteger legalmente seus territórios ancestrais, garantindo-lhes segurança e estabilidade.

Além disso, a Constituição estabeleceu que as terras indígenas são inalienáveis, indisponíveis e imprescritíveis, protegendo-as de qualquer forma de exploração ou usurpação. Isso representou um avanço significativo na luta pela preservação do meio ambiente e da diversidade cultural do país.

Outro aspecto importante da Constituição de 1988, foi a garantia do direito dos povos indígenas à sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições. Isso reconheceu e valorizou a rica diversidade cultural dos povos indígenas, promovendo o respeito à sua identidade e autonomia.

No entanto, apesar das conquistas alcançadas, os povos indígenas continuam enfrentando inúmeros desafios e ameaças em sua luta pela garantia de seus direitos. A invasão de seus territórios por madeireiros, garimpeiros e fazendeiros, a violência e a discriminação enfrentadas em suas comunidades e a falta de políticas públicas adequadas são apenas alguns dos problemas que persistem até hoje.

Ailton Krenak segue na luta até os dias de hoje representando as causas indígenas e sociais. Sua trajetória de vida segue de inspiração e encorajamento para muitas pessoas através de suas palestras e entrevistas, Krenak manteve papel extremamente importante de conscientizar as pessoas que os ouvem. Dado isso, Krenak não se limita só as entrevistas, ele busca através da literatura trazer memórias e discuti-las.

Em resposta a Yussef Campos, Krenak fala um pouco de como foi o processo de amadurecimento da sua visão referente ao seu ato no plenário:

Eu não tinha uma compreensão tão ampla do processo que a gente estava vivendo naquela época. Dez anos depois, 20 anos depois é que eu fui descobrir passos que nós demos ali no debate da Constituinte que foram importantes, e continuam sendo importantes, nas políticas públicas do nosso país e na implementação de novos direitos. No caso do Patrimônio Cultural ou Patrimônio Material e imaterial, essas conquistas, digamos, dos últimos 50 anos, que a sociedade brasileira vem consolidando, representam para os povos indígenas hoje uma conquista tão relevante

quanto a de ter garantido o direito de expressar-se na sua própria língua. (KRENAK, CAMPOS, p. 14, 2021).

Sem dúvidas a trajetória de Ailton Krenak impactou e continua influenciando até os dias atuais quando se trata não somente de políticas indígenas, mas de políticas sociais e ambientais, sua luta é constante e perdura continuamente no meio nacional, sua vida e jornada tem ocorrido em prol a causa humanizada de uma nação mais consciente e respeitosa, que aceite e não discrimine os povos originários.

Considerações Finais

Diante desse cenário, é fundamental que o Estado brasileiro e a sociedade como um todo reconheçam e respeitem os direitos dos povos indígenas, garantindo-lhes condições dignas de vida, segurança e desenvolvimento. Somente através de um compromisso real com a justiça e a igualdade será possível construir um país verdadeiramente democrático e inclusivo para todos os seus cidadãos.

As lutas e as conquistas dos povos indígenas ao longo da história do Brasil são um testemunho de sua determinação e resistência. Apesar de todos os desafios e adversidades, eles continuam a lutar por um futuro melhor para si mesmos, para suas comunidades e para as gerações futuras. É nosso dever apoiá-los nessa jornada e trabalhar juntos na construção de um país mais justo, solidário e inclusivo para todos.

Apesar das conquistas obtidas com a Constituição de 1988, os povos indígenas ainda enfrentam desafios significativos em sua luta pela preservação de suas terras e culturas. A pressão contínua sobre seus territórios por parte de interesses econômicos e políticos que representa uma ameaça constante à sua sobrevivência e bem-estar. Além disso, a falta de implementação efetiva das políticas de proteção aos povos indígenas e a ocorrência recorrente de conflitos e violações de direitos demonstram a urgência de uma abordagem mais abrangente e comprometida por parte das autoridades responsáveis.

Nesse sentido, é fundamental que o Estado brasileiro assuma sua responsabilidade constitucional de proteger e garantir os direitos dos povos indígenas, adotando medidas eficazes para combater a violência, a discriminação e a exploração de que são vítimas. Isso inclui a demarcação e proteção efetiva de seus territórios, o fortalecimento de políticas públicas voltadas para sua saúde, educação e bem-estar social, e o respeito à sua autonomia e formas de organização social e política.

Além disso, é importante que a sociedade como um todo reconheça e valorize a contribuição dos povos indígenas para a construção e o desenvolvimento do país, respeitando sua diversidade cultural e promovendo o diálogo intercultural e a cooperação mútua. Somente

através de uma abordagem inclusiva e participativa será possível superar as desigualdades e injustiças que historicamente afetaram os povos indígenas e construir uma sociedade verdadeiramente democrática e plural.

Portanto, é essencial que todos os setores da sociedade brasileira, incluindo o governo, as instituições públicas, a iniciativa privada e a sociedade civil, se comprometam ativamente com a promoção dos direitos dos povos indígenas e com a construção de um futuro mais justo e sustentável para todos. Isso requer o reconhecimento da importância da diversidade étnica e cultural do país e o respeito às diferentes formas de vida e cosmovisões presentes em nossa sociedade.

No entanto, para que isso se torne uma realidade, é necessário um esforço conjunto e coordenado de todas as partes interessadas, visando a superação dos preconceitos e das práticas discriminatórias que ainda persistem em nossa sociedade. Somente através do reconhecimento mútuo e da valorização da diversidade é que poderemos construir um país verdadeiramente inclusivo e democrático.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Le Monde Diplomatique. Vozes da Floresta / Ailton Krenak. YouTube, 2020. Disponível em: <https://youtu.be/KRTJh1os4w>.

CARVALHO, Rômulo, SILVA, Rafael. UM QUASE ETERNO ENCONTRO: Ailton Krenak e a Assembleia Nacional Constituinte (1987). Revista Especialidades [online], v. 15, n. 2,

CUNHA, Júlia R. S.; Carla T. K. FASSBINDER. De invisíveis da floresta a visíveis pelos militares: ditadura civil-militar e povos indígenas – uma história inacabada. XI seminário de estudos históricos: “a democracia ainda é a questão: a ditadura civil-militar e a comissão nacional da verdade”. Universidade FEEVALE. 19 p. 2013.

KRENAK, Ailton, CAMPOS, Yussef. Lugares de origem. São Paulo. Editora: Jandaíra, 2021. Transcrição Vídeo: Discurso de Ailton Krenak, na Assembleia Nacional Constituinte (1987). **Mooc Fiocruz**. Disponível em: https://mooc.campusvirtual.fiocruz.br/rea/introducao-sus/assets/docs/vd6_transcription.pdf.

MORI, Letícia. Como empresas brasileiras e multinacionais colaboraram com a ditadura. BBC News Brasil, 2023. Disponível em:

OLIVEIRA, Marina. Povo Krenak ainda sente impacto das violações praticadas na ditadura militar, agora reconhecidas e condenadas pela justiça. **Conselho Indígena Missionário**, 2021.

Disponível em: <https://cimi.org.br/2021/10/povo-krenak-impactos-violacoes-ditadura-militar-justica/>.

Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. 976 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1)

Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. 975 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2)